



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 13 DE JUNHO DE 2024, REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 39/2024, DO EXECUTIVO, QUE DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas e trinta e oito minutos, tendo por local o Prédio Ulysses Guimarães, localizado a Rua Carlos Pazetti, nº 290, na Câmara Municipal de Paulínia, na Sala de Sessões “Vereador Mario Vicente Brasil Conte”, realizou-se a Audiência Pública referente ao Projeto de Lei nº 39/2024, que “dispõe sobre a instituição de diretrizes a serem observadas na elaboração e execução da lei orçamentária do município para o exercício de 2025 e dá outras providências”, solicitada pela Comissão Finanças, Orçamento e Tributos da Câmara Municipal de Paulínia. A mesa foi composta: pelo Vereador Fábio Valadão, Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributos; pelo Vereador Helder Pereira, Vice-presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributos; pelo Vereador Pedro Bernarde, Secretário da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributo; pelo Vereador José Soares; e pelo Senhor Rodrigo Antonio Quaiatti, Diretor do Departamento Legislativo. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h38): “Eu, como presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributos da Câmara Municipal de Paulínia, representante do Poder Legislativo, declaro aberta a audiência pública referente ao Projeto de Lei nº 39/2024, que ‘dispõe sobre a instituição de diretrizes a serem observadas na elaboração e execução da lei orçamentária do município para o exercício de 2025 e dá outras providências’. Presentes na Mesa nessa audiência: na extrema direita, Vereador José Soares, ao lado do Secretário da Comissão de Finanças, (Vereador) Pedro Bernarde, e à minha direita, Vereador Helder Pereira, vice-presidente da Comissão. Acredito que todas as pessoas que nos acompanham, inclusive em tempo real e pode ser acessada também, tranquilamente, após a nossa audiência, tanto através do site oficial da Câmara Municipal como também nas suas redes sociais bem como os presentes em plenário tem conhecimento do projeto de lei nº 39 de 2024 que ‘dispõe sobre a instituição de diretrizes a serem observadas na elaboração e execução da lei orçamentária do município para o exercício de 2025 e dá outras providências’. Uma vez que todos os requisitos formais para a realização da presente audiência foram tomados; que o projeto ficou à disposição da sociedade civil para a apresentação de emendas populares, através das publicações no Diário Oficial do Município de números 2268, de 15/04/2024 e 2274, de 23/04/2024, bem como publicação da convocação dessa audiência através das publicações também no Diário Oficial, nas edições de número 2296, de 24/05/2024 e 2303, de 06/06/2024. Então, a partir de agora, eu faculto aqui aos colegas, se alguém gostaria de inicialmente usar a palavra. Vice-presidente Helder? Com a palavra, Vice-presidente da Comissão de Finanças, Helder Pereira. **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS**



(18h40): “Boa noite presidente! Em seu nome eu cumprimento aqui todos os companheiros, Vereador José Soares, Pedro. Presidente já cumprimentei... e o nosso amigo Rodrigo Quaiatti. Rodrigo, meu amigo, meu irmão, deu um branco aqui Rodrigo. Em nome da minha assessoria, da minha assessora ali, Isabele, eu quero cumprimentar a todos os presentes no plenário, todos aqueles que nos acompanham de maneira online. Em nome do Wilson Machado, cumprimento a imprensa e desejo a todos uma ótima sessão... audiência. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h41): “Com a palavra, na sequência, o secretário da Comissão, Vereador Pedro Bernarde.”. **SENHOR SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h41): “Boa noite a todos! Gostaria de só cumprimentando a Mesa também aqui: nosso companheiro José Soares, Vereador; nosso Vice-presidente da Comissão de Finanças, Helder; presidente da Comissão de Finanças, Valadão; nosso Diretor Legislativo, Rodrigo Quaiatti. Em nome do Presidente da ACIP, Wilson Machado, cumprimento a todos os presentes aqui e também a todo o público que está nos acompanhando pela internet. Desejo a todos uma ótima audiência, uma ótima noite a todos. Obrigado!”. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h42): “Diante dos dispositivos constitucionais, em especial o artigo 165, inciso II, inserido no capítulo II, que trata das finanças públicas, combinados com os regramentos do artigo 35, § 2º e seu inciso II, do ato das disposições constitucionais transitórias, todos consequentes da Constituição da República Federativa do Brasil de 88 bem como ainda em razão do planejamento/orçamento, instituído pela Lei Complementar 101 de 2000, da Lei Federal nº 4.320 de 1964, das disposições trazidas na Constituição do Estado de São Paulo e na Lei Orgânica do Município de Paulínia, o Executivo Municipal, dentro do prazo legal constitucional, encaminhou o presente projeto de lei que trata da lei de diretrizes orçamentárias, LDO, para o exercício financeiro de 2025. A partir de agora, eu faculto então e abro a palavra a plenária. Toda e qualquer pessoa fique à vontade. Gostaria, apenas, de pedir para que todos que aqui estão assinem a lista de presença que está em cima aqui à Mesa, aqui à frente. Tem também um microfone para toda e qualquer pessoa que quiser fazer os seus apontamentos. Hoje é o momento para a gente ouvir a visão da população, das leis de diretrizes orçamentárias que foi enviada a nós. Então, faculto e gostaria de saber se alguém gostaria de usar a palavra. Fábio? Então, como é que a gente começa? Nome completo e fique à vontade. Vamos tentar, para a gente abrir, se houver muitos questionamentos, vamos colocar três questionamentos por pessoa. Conforme for a gente gira, volta. Tentar fazer aí cinco minutinhos, está bom? Fique à vontade Fábio.”. **SENHOR FÁBIO LUIS PASSERI** (18h44): “Boa noite à Mesa! Caríssimos colegas Vereadores, hoje eu estou aqui em nome do comércio de Paulínia, representando comerciantes e a nossa preocupação com a lei de diretrizes orçamentárias para 2025 é quanto à verba destinada ao comércio do ano que vem. Nós vimos esse ano de 2024, Secretaria nossa de Desenvolvimento com uma verba de trezentos mil reais, ou seja, vinte e cinco mil reais praticamente por mês de verba que não dá pra fazer nada hoje. Nós estamos vendo aí a Avenida José Paulino e principalmente as lojas fechando,



algumas delas, e sem nenhum projeto de revitalização, de ajuda aos comerciantes. Então, a gente não viu e praticamente nós estamos no meio do ano e agora com eleições, menos possível ainda, projetos que possam ajudar os comerciantes. Então o nosso propósito hoje aqui é contar com a colaboração dos Vereadores para que a gente possa, em 2025, conseguir um pouco mais de verba para que a gente possa também ajudar esse pessoal que está no comércio de Paulínia. É só isso presidente, muito obrigado. Foi um prazer.”. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h46): “Nome completo pra nós.”. **SENHOR FÁBIO LUIS PASSERI** (18h46): “Fábio Luís Passeri.”. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h46): “Obrigado Fábio. Obrigado pela colaboração. Mais alguém? Lara? Então, da mesma forma tá Lara? Só nome completo e fique à vontade.”. **SENHORA LARA PÉRTILE** (18h46): “Me chamo Lara Pértile, eu vim aqui falar, claro, da assistência social, óbvio. Eu sou também representante do coletivo Boca de Sissi, que é um coletivo de arte, cultura e direitos humanos. Eu queria a provocação, a pergunta, como vocês quiserem entender. Como que vai ficar em relação à assistência social. Hoje, no município, dizem que existe uma assistência social para as pessoas que mais precisam mas pessoas como eu, pessoas pobres, periféricas, travestis e transexuais não tem acesso ainda a esses recursos que Paulínia tem. Chegou várias demandas, por exemplo, que eles vão em CRAS, eles vão na própria secretaria de promoção social e são negados uma cesta básica. São negados o mínimo. Até cesta básica de urgência, dizendo que não se enquadram mas pessoas como eu, principalmente LGBT’s, a necessidade está aí. Quem tem fome tem pressa. Essas pessoas precisam, minimamente, que o recurso básico de alimento seja resguardado pela Prefeitura ou pelo poder público. Então, é muito importante nós atentemos a isso porque muitos critérios que são impostos pra fazer parte que essas pessoas consigam então esse auxílio é... essas pessoas as vezes não conseguem se enquadrar mesmo. Muitas pessoas têm que ficar trocando de casa porque não consegue pagar um aluguel. Pessoas LGBT’s são expulsas de suas casas, as vezes os seus pais são poderosos mas mesmo tendo filhos LGBT, expulsam os seus filhos de casa. Então, numa conjunção familiar é... burocraticamente a família recebe muito bem mas o filho não faz parte daquele seio familiar. Então, a gente precisa ter essa atenção de cada caso e hoje o Poder Público não dá assistência a essas pessoas, sobretudo, pessoas LGBT’s. Pode-se falar que está ali o recurso, mas não tem. Eu posso provar com fatos em um outro momento a vocês essas pessoas não são amparadas minimamente. A gente tem que tomar cuidado também, até mesmo aquelas pessoas que estão na rua, em situação de rua. Então, é muito importante nessa lei orçamentária se ver de fato essa problemática e não só fique em números ou em promessas que vão se atentar a isso, mas que de fato o Poder Público olhe para que essas pessoas não estejam ainda... que em Paulínia, uma cidade tão rica, tenha ainda pessoas passando fome. Que mães solas ainda tem que mendigar pro Poder Público o acesso ao leite. Então, fica aqui essa minha proposição para vocês.”. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h49): “Lara Pértile, obrigado pela contribuição. Gostaria apenas



de chamar a atenção, Lara. Até fiz questão de pegar até o objeto aqui. Talvez trata-se de questões pontuais. Eu, na verdade, eu desconheço que tenha na região, por exemplo, aqui em Paulínia nós temos uma secretaria de cidadania e justiça e olha o que ela fala aqui nos objetivos dela: ‘a Secretaria Municipal de Cidadania e Justiça objetiva assessorar em questões políticas e na formulação de políticas públicas e diretrizes voltadas à inclusão social, diversidade, direitos humanos e promoção da igualdade racial, coordenando, articulando e acompanhando as políticas transversais de governo nessas áreas, além de manter relações institucionais com o Ministério Público, Defensoria Pública e outros órgãos’. Enfim, sempre que chegar uma demanda específica, eu acho que um bom caminho seja o envio para nossa recém-criada Secretaria de Cidadania e Justiça, que certamente vão ter pessoas capacitadas para poder encaminhar as demandas. Está bom Lara? [voz inaudível da platéia]. Claro, fique à vontade.”. **SENHORA LARA PÉRTILE** (18h50): “Secretaria, se não me engano, quem tomava conta, Bordignon acho que foi nomeada pouco tempo atrás mas para cuidar da secretaria específica que você citou que é de racial e LGBT não foi nomeada ninguém ainda pro cargo. Quem é essa representante que está no cargo, representante?”. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h50): “Não Lara, deixa eu...”. **SENHORA LARA PÉRTILE** (18h50): “Não, porque assim: se tem uma Secretaria, precisa ter alguém ali.”. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h51): “Isso, nós temos a Secretária por exemplo: tem a Secretária Carol, que saiu recentemente mas ainda temos lá a Fábria Ramalho, pode ser procurada, uma pessoa que se desempenha com muita propriedade.”. **SENHORA LARA PÉRTILE** (18h51): “Mas a Fábria cuida dessa Secretaria específica.”. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h51): “Ela está lá na Secretaria para atender todas vocês.”. **SENHORA LARA PÉRTILE** (18h51): “Essa que você citou, quem é a representante dessa que você citou?”. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h51): “Fábria Ramalho.”. **SENHORA LARA PÉRTILE** (18h51): “Tá! Obrigado! Então, será procurada porque até então não tinha sido nomeada ninguém mas já que você disse que é a Fábria que é a responsável, obrigada pela informação. Mesmo sem nomeação específica, ela está lá à disposição de vocês. Mais alguém? Rogério, por favor.”. **SENHOR ROGÉRIO NUBOR** (18h51): “Rogério Nubor. Boa noite à Mesa! Boa noite aos cidadãos que saíram de casa para participar e para quem está nos assistindo aí pelas redes sociais. Eu queria trazer um assunto, já que praticamente nos últimos seis anos, toda audiência com relação ao orçamento eu sempre bato nessa tecla: a questão de transporte escolar e construção de escolas. Se vocês pegarem dos últimos cinco para seis anos, nós mais do que dobramos o valor gasto com transporte escolar na cidade. E, curiosamente, no público alvo, fala: alunos, residentes nas áreas distantes de unidades escolares. Eu estudei minha vida escolar praticamente que toda em escola pública aqui em Paulínia e me lembro, na época, se não me engano, peguei a Meire como Diretora e passei por diversos prefeitos. Um dos trabalhos muito sérios que a Secretaria de Educação fazia em conjunto com a Secretaria de Assistência Social e de Transportes era fazer o



levantamento dos alunos, os bairros em que eles moravam e a realocação para que justamente essa criança não precise se deslocar porque além do gasto astronômico que está previsto, por exemplo, pro ano que vem, de quase 107 milhões... 80 milhões porque 20 e poucos milhões são do transporte universitário para fora da cidade. Mas 80 e poucos milhões nós temos um gasto que é o gasto humano, que não tem como mensurar. Crianças que estão ficando quase uma hora dentro de um ônibus para ir para a escola e uma hora para voltar para sua escola... um momento que ela poderia estar estudando e chega estressada. Nós tivemos aí um incidente que graças a Deus não foi sério mas poderia ser sério porque o transporte escolar já vem com esse risco. Então, a primeira sugestão que eu trago para esta Comissão apresentar pro Executivo é rever essa visão de simplesmente se gastar dinheiro com transporte escolar de forma indiscriminada. Não vou entrar nos critérios de valores, porque isso está sendo feito em muitas instâncias, mas nós não vemos uma política pública de se construir escolas. Nos últimos cinco anos, nada foi construído. Eu acho que eu posso falar, a última escola foi em 2012, eu acho que foi o Pavan que entregou. Ou seja, nós estamos a mais de 12 anos sem construir uma escola. Nós estamos... no item de educação, nós temos uma proposta de construir uma escola de ensino fundamental por 6 milhões no Parque da Represa apenas. E nós estamos falando em gastar quase 100 milhões com transporte escolar. Será que se a Prefeitura fizesse o estudo e investisse de 40 a 50 milhões e construísse escolas para gerar salas de aula próximas a esses alunos, nós estaríamos economizando mais de 50% do valor gasto com transporte escolar anualmente, que poderia ser revertido para melhoria da educação, para melhoria da saúde. Então eu acho que está na hora, já passou da hora na verdade, da Câmara, do Executivo, olhar para a questão da educação e transporte escolar com um pouco mais de seriedade, carinho, porque nós só estamos... crianças que vem da região do João Aranha para vir estudar no Santa Terezinha e no Nosso Teto e nós temos crianças que saem do Nosso Teto para estudar no São José. É uma coisa assim absurda. E nós temos ônibus rodando, as vezes, com 5 crianças. Eu falo porque eu estou de moto rodando pela cidade e é o tipo de coisa que eu não consigo entender. Então a primeira sugestão: rever as rubricas de transporte escolar porque nós só estamos pagando transporte e rever, na área da educação, a rubrica com relação à construção de escolas. Nós só temos 6 milhões, é uma única escola que está sendo construída. E, inclusive, tentar verificar o que acontece porque Paulínia parece que é uma construção feita em Machu Pichu, no topo de uma montanha. A gente tem cidades da região: Campinas, Jaguariúna, Indaiatuba, Sumaré e Hortolândia que constroem escolas de médio para grande porte por 3 milhões, 4 milhões. Eu acompanhei algumas aqui e aqui em Paulínia, uma escola, 6 milhões e pouco. Nós estamos falando de quase 50% de incremento no custo de construção. Nós temos uma creche aqui em Paulínia que está sendo construída por 3 milhões e meio mais o aditivo e, se não me engano, Sumaré construiu escola por 3 milhões e meio com o dobro de capacidade e de complexidade do público alvo. Então, a primeira sugestão para a Comissão é essa e eu vou aguardar a rodada para trazer a próxima.” **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h56): “Obrigado pela



contribuição Rogério. Mais alguém? Rogério, só para fazer um comentário, os valores que estão previstos na lei de diretrizes não significam que serão gastos na construção. Então, nós temos uma previsão de 6 milhões de reais e que bom que seria e esperamos que seja, que no momento do processo licitatório esse valor diminua substancialmente no momento da construção. Apenas um comentário específico em um dos tópicos que o senhor colocou. Além do Nubor, mais alguém? Senão ele volta e aí eu faço todas as anotações em relação a ele. Nubor, então, fique à vontade. Se alguém pedir a palavra, a gente gira. Senão, você pode fazer todas as contribuições.”. **SENHOR ROGÉRIO NUBOR** (18h57): “Só completando na questão do transporte, antes de entrar, nós precisamos... minha sugestão para a Câmara também, na questão da rubrica do transporte escolar, quando a gente vai item por item, alunos de escola de ensino infantil, estamos falando em 7 mil alunos supostamente, que é o número de estudo. Nós estamos falando, nós temos uma rubrica de 42 milhões para um total de dias letivos de 200 dias letivos que por aluno dá 30 reais. Eu lembro que há uns 4 anos atrás teve uma professora do Conselho de Educação que soltou uma frase aqui na Câmara, aqui na Audiência Pública e foi chacoteada no dia mas com 30 reais por dia você paga um Uber para a criança ir e voltar para escola. 42 milhões dividido por 7 mil alunos por 200 dias letivos na... alunos de educação infantil. São 24 milhões, 1.650 alunos, 200 dias letivos, são 74 reais por dia por criança. Paga o Uber e sobra. O aluno profissionalizante, são 8 milhões para uma média de 430 alunos, 200 dias letivos, são 94 reais por dia por aluno. E quando a gente entra na questão dos alunos especiais, são 6 milhões e 500 previstos, para 300 alunos que dá uma média de 109 reais por dia por aluno. Então, aconselho também à Câmara a estar avaliando as questões desses valores, principalmente esses contratos de transportes que estão sendo realizados pela cidade, pelo Executivo, para que se verifiquem esses valores e possam estar sendo revistas essas situações. Um outro ponto que eu gostaria de colocar é com relação à coleta de lixo e limpeza urbana. É um outro ponto e Paulínia sempre, nós vemos, a gente vem aumentando os gastos pagos com relação aos valores de coleta de lixo e limpeza urbana. Sabemos, e vem sempre a desculpa de que Paulínia está crescendo, inclusive de forma desproporcional na minha visão. Paulínia, em 1980, nós tínhamos mais ou menos 25.000 habitantes. Em 20 anos, em 2000, nos dobramos para 50 e poucos mil. Depois de 20 anos de novo, em 2020, nós estávamos com 100 e poucos mil, então a gente vinha numa métrica de a cada 20 anos dobrar a população da cidade. Com a quantidade de condomínios e coisas que entrou na cidade, nós vamos ter... dobrar a população da cidade com menos de 10 anos, antes de 2030. Mas os gastos com limpeza urbana, quando a gente fala, principalmente na questão dos planares... porque a grande questão de se trabalhar a limpeza urbana é se trabalhar também na redução de resíduos, na redução de gastos. Não é porque em Paulínia nós temos dinheiro, porque a cidade tem arrecadação, que a gente simplesmente tem que buscar sempre aumentar os gastos com limpeza urbana. Nós estamos vendo a administração ser cada vez mais onerada, para não dizer que ela está se onerando com questões que deveriam estar caindo sobre os cofres públicos. Nós temos, pelo menos nos últimos 10 anos de novo, e eu não



vou colocar só nessa administração, um problema gravíssimo nessa cidade que é a falta de fiscalização do Código de Conduta. Nós temos moradores hoje e não são apenas moradores de periferia que fazem reformas das suas casas, colocam o entulho na calçada, quando não colocam na rua ainda colocando em risco a vida de motoristas e motociclistas e todo esse problema está sendo jogado nas costas da Administração Pública. E por princípio de toda a política pública de limpeza urbana de coleta de lixo, nós temos que buscar justamente ao contrário. A educação ambiental, a responsabilização, a fiscalização, o departamento de fiscalização. Aliás, uma outra sugestão é de que se mexa na questão de contratação de fiscais para a Prefeitura porque nós não conseguimos fiscalizar porque a Prefeitura não tem fiscais, não consegue executar essa situação e nós só vemos gasto com lixo aumentar. Então, para respeitar as ODS da ONU, para respeitar principalmente o PLANARES, que é o Plano Nacional de Resíduos Sólidos apregoa. Simplesmente pagarmos o que está sendo gasto e gerado de resíduo... tivemos, sabemos que muito do resíduo vinha de fora da cidade, pessoas que faziam descartes irregulares, mas nós também não podemos simplesmente, porque temos capacidade de pagamento, assimilar tudo isso aos cofres públicos. Nós, cidadãos, temos que ser responsáveis também não apenas pelo resíduo que é gerado como também de diminuir a geração de resíduo. A atitude da administração, simplesmente pagando o gasto, está estimulando a geração de mais resíduo, indo completamente contrário com toda boa prática e as políticas públicas que hoje estão vigentes.”. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (19h03): “Rogério Nubor, obrigado pelas contribuições, todas devidamente anotadas. Mais alguém? Bom, enquanto o plenário pensa, eu só vou trazer alguns dados que eu reputo importantes em relação à nossa LDO que aqui está. Então, ela replicou inúmeros percentuais importantes da última lei orçamentária. Então, abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 20% do orçamento das despesas, respeitando a legislação vigente. Uma questão que é muito importante, sempre exaltar que a questão das transposições, também ficamos no mesmo percentual. Então, transposições, remanejamentos e transferências, dentro da mesma secretaria, 12%. Transposição, remanejamento e transferências de recursos, em secretarias diferentes, 8%. Essa foi uma mudança significativa, faço questão de exaltar e acho que a Câmara teve um papel fundamental nisso. A gente via num passado recente, como comentei na última audiência que fizemos, que os prefeitos, eles tinham lá 100% de possibilidade de transposições e remanejamentos, o que transformava as peças orçamentárias numa peça de ficção, porque na verdade os prefeitos faziam o que eles queriam. E a gente veio no decorrer dos anos, isso posso falar desde, sei lá, desde 2014 pelo menos, a gente vem trabalhando nas peças orçamentárias e acho que atingimos aí valores razoáveis de 12% dentro da mesma secretaria e 8% entre secretarias distintas. Esses são pontos que eu gostaria de tornar público porque são pontos realmente importantes aqui da LDO. Nós não temos, a princípio, mais pessoas inscritas, eu vou abrir novamente. Então, Rogério, por gentileza, gostaria de fazer mais uma sugestão?”. **SENHOR ROGÉRIO NUBOR** (19h06): “E só pra reforçar o motivo do pedido da revisão



desses números, a própria Comissão de Finanças apresentou, recentemente, o relatório falando da queda da receita da cidade. Então, nós... construindo escola e diminuindo o gasto com transporte escolar, nós vamos estar colaborando com uma forma de equalizar esses gastos. Trabalhando com a questão do lixo de realmente não trazer a responsabilização para o Executivo mas pro cidadão, nós também vamos estar contribuindo porque o próprio relatório mostra o quanto que vai estar caindo a arrecadação da cidade nos próximos anos.”. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (19h06): “Obrigado Rogério. Apenas deixando uma contribuição nesse sentido, absolutamente todas as contribuições, pelo menos da minha parte, elas foram anotadas, vão ficar disponíveis aí durante todo o tempo nas nossas redes sociais... é que, as vezes quando a gente faz exposição parece que a gente transforma problemas exageradamente complexos em questões simples. A verdade a matemática não é exata, olha ‘eu vou construir mais escola e aí eu diminuo o transporte’ porque na verdade a gente vai ter um entrave da quantidade do número de servidores e aí a gente fala de folha de pagamento, porque, enfim, agora ela está equalizada. Então, na verdade, fazer gestão é sempre fazer opções, mas as contribuições estão anotadas e certamente farão parte aí de reflexões dos próximos gestores da cidade e da Câmara Municipal também. Sendo assim, não havendo mais ninguém querendo fazer uso da palavra e também não havendo mais nada a ser tratado, agradeço a presença de todos e encerro a presente audiência. Muito obrigado! Boa noite a todos! Boa noite aos Vereadores, ao público presente, aos nossos servidores da Casa e todos que nos acompanham pela internet. Fique com Deus e até a próxima se Deus quiser.”. A audiência pública foi encerrada às dezenove horas e oito minutos e eu, Vereador Pedro Bernarde, Secretário da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributos, determinei a lavratura da presente. Paulínia, 13 de junho de 2024.

VEREADOR FÁBIO VALADÃO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E
TRIBUTOS

VEREADOR HELDER PEREIRA
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E
TRIBUTOS

VEREADOR PEDRO BERNARDE
SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E
TRIBUTOS



CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Paulínia. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://paulinia.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=JS3UJP6JRK1JJUM>, ou vá até o site <https://paulinia.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: JS3U-JP6J-RK1J-JJUM

